

A “INVENÇÃO” DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS: A CRIAÇÃO DE PARQUES, RESERVAS, ÁREAS DE PROTEÇÃO E O CONFLITO COM A POPULAÇÃO TRADICIONAL

THE "INVENTION" OF PROTECTED AREAS: THE CREATION OF PARKS AND RESERVES, AND AREAS OF PROTECTION CONFLICT WITH TRADITIONAL POPULATION

Cristiane Cardoso¹

¹ Professora do IM/UFRRJ. cristianecardoso1977@yahoo.com.br

Artigo recebido em 25/11/2010 e aceito em 15/12/2010

RESUMO

No ano de 2010 completamos 10 anos da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Desta forma, passamos por um momento importante para reflexão do papel dos espaços protegidos por lei e a população tradicional. A criação desses espaços protegidos traz uma reflexão do papel da comunidade tradicional nestas áreas. Qual o melhor modelo? O que fazer com esta população que habita estes lugares, manter, retirar, capacitar? Qual o papel que historicamente elas possuem? Pensando nestas questões elaboramos este trabalho. Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a questão ambiental no Brasil, principalmente no que se refere aos espaços protegidos e a relação/conflitos com a população tradicional.

Palavras-chave: Meio ambiente; espaços protegidos; população tradicional.

ABSTRACT

In 2010 we completed 10 years of establishing the National System of Conservation of Nature - SNUC. This way, we passed an important moment for reflection on the role of protected areas by law and the traditional population. The creation of these protected spaces a reflection of the role of traditional community in these areas. What is the best model? What to do with this population that inhabits these places, maintain, withdraw, qualify? What role they have historically? Thinking about these issues we make this work. Given this context, this paper aims to reflect on the environmental issue in Brazil, mainly in relation to protected areas and the relationship / conflict with the traditional population.

Key words: Environment; Protected Areas; Traditional Population.

INTRODUÇÃO

O Homem e a Natureza fazem parte do mesmo sistema, não se opondo, mas influenciando-se mutuamente. Os problemas ambientais são frutos das atividades humanas sobre a natureza. O Homem age como seu transformador, influenciando-a e modificando-a, em função principalmente, da sua cultura, da finalidade que dá a determinadas áreas, enfim, tenta adequar o meio no qual vive às suas necessidades, que variam de acordo com a história e valores individuais (CARDOSO, 2001).

Simmons (1993) afirma que esta dualidade Homem e Natureza, sempre existiu, devido os diferentes enfoques (correntes) de análise da realidade. A cada momento histórico um elemento passa a ser interpretado, com maior ou menor evidência, e as inter-relações irão se efetuando.

Compreender essa dinâmica da paisagem não é simplesmente descrever os seus aspectos físicos, socioeconômicos e históricos. É estudá-los, levando em consideração que fazem parte de um mesmo ambiente, e conseqüentemente vão influenciar-se e modificar-se mutuamente. Desta forma, as paisagens vão tornando-se cada vez mais artificiais, sendo substituídas pela “segunda” natureza. Santos (1997, p.42) ao discorrer esta questão afirma que “... se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai tornando-se artificial, fabricado com restos da natureza primitiva, crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da Terra, um lugar cada vez mais amplo”.

Na década de 60, muitos problemas ambientais reais e urgentes tornaram-se gritantes (poluição proveniente da industrialização, uso crescente de agrotóxicos, buraco na camada de ozônio, entre outros). Foram resultados dos desarranjos de processos ambientais regionais ou mesmo globais, devido a enormes impactos causados pela sociedade humana. Neste período também, começam reflexões sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente, que se tornam cada vez mais globais, marcando a emergência de uma série de movimentos sociais, entre eles o ecológico, que não criticam apenas o modo de produção, mas o modo de vida que a sociedade vêm adotando.

Em 1972 o Clube de Roma publica o relatório *The Limits of Growth*, que “denunciava que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e possivelmente a um colapso” (DIAS, 1994, p. 21). Meses depois, foi organizada a Reunião de Estocolmo (ocorrida em 1972), na Suécia, ocasião na qual discutiu-

se mundialmente, o ambiente humano, políticas de educação ambiental e gerenciamento do meio ambiente.

Dentro deste contexto, surgem inúmeras correntes teóricas que visam à proteção do meio ambiente da ação do homem. A criação de Parques, Reservas, Áreas de Proteção, são exemplos destas tentativas, porém alvo de muita discussão, principalmente no que se refere à finalidade destas reservas, ou seja, para que e/ou para quem preservar? A biodiversidade vêm sendo abordada sob variados pontos de vista, desde o valor intrínseco como forma de vida (os quais são dados pelas pessoas), até sua valoração como matéria-prima, a ser explorada principalmente pelos grandes laboratórios farmacêuticos, de biotecnologia.

A dicotomia do tema biodiversidade – vista muitas vezes ligada somente à ciência biológica - deve ser superada, devido à necessidade da visão integrada homem-natureza, uma vez que a tomada de decisão sobre o uso dos recursos é humana (e assim intrínseca às ciências sociais).

Em relação à situação brasileira, principalmente no que se refere à Floresta Amazônica e Mata Atlântica, alguns pontos de vista geram muitas divergências: o primeiro no que se refere à implantação de reservas “naturais” intocadas, isto é, sem a presença do homem, nos moldes dos parques norte-americanos (primeiro foi o de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872), cuja ideologia segundo Diegues (2001, p. 13) era “*preservar espaços com atributos ecológicos importantes*”, e para isso “*a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de Ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono*”. Como se quisessem recuperar o mito do paraíso ideal, perdido desde a expulsão do homem do Paraíso – Jardim do Éden. A idéia contida nesta corrente é que o homem deve ser um visitante e não um morador destas áreas, portanto toda a população moradora, deve ser retirada e alocada em outra área.

A segunda divergência refere-se à implantação de áreas de preservação mantendo o uso da população tradicional de forma controlada, auto-sustentável, inclusive como forma de gerenciamento da biodiversidade. Na realidade brasileira, com Florestas de clima tropical, este uso já vem se dando de forma sustentável por vários séculos, já que a população foi capaz de manter por este período a diversidade biológica destas áreas. Diegues (2001, p. 11) afirma que “*A transposição desses espaços vazios em que não permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas*

de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica”.

Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a questão ambiental no Brasil, principalmente no que se refere aos espaços protegidos e a relação/conflitos com a população tradicional.

MATERIAL E MÉTODOS

A proposta deste trabalho trata-se de uma reflexão teórica sobre as áreas preservadas e o papel da comunidade tradicional nestes espaços. Desta forma, em termos de metodologia para o desenvolvimento deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico de obras que abordavam esta temática, bem como leitura e análise do mesmo. As reflexões sobre a temática iniciaram durante a realização das disciplinas do doutorado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense e aprofundadas neste momento que leciono para o curso de Turismo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Para trilhar este caminho utilizamos de autores que já discutem esta temática, tais como Diegues (2000), Porto-Gonçalves (1996), Santos (2001), Cabral (1999). Autores que colaboraram na construção, reflexão desta obra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas considerações sobre os conceitos de preservação e conservação ambiental

A idéia de desenvolvimento e progresso sempre esteve associada ao desmatamento, e a criação de áreas não naturais, transformadas para adaptar os interesses da sociedade moderna, principalmente, após a revolução industrial. Scheibe e Buss (1992, apud Scheibe, 1997) conceitualizam desenvolvimento, a partir do sentido literal da palavra, como superação dos condicionamentos naturais ou criados pelo próprio homem, que impedem o progresso, segundo estes autores desenvolver é “romper as amarras” até mesmo aquelas representadas pelo meio ambiente natural ou construído. Para Ribeiro (1991) o conceito de desenvolvimento perpassa pelos direitos individuais, de cidadania, tradição, justiça social, destino da humanidade, poder econômico, político, militar, entre tantas conotações associadas a ideais de relações entre homens e estes com a natureza.

A urbanização, o desenvolvimento industrial, as alterações no cotidiano das pessoas, trouxeram mudanças de concepções no modo de consumo, logo, a percepção do ambiente mudou, passando de algo que era usado para sobreviver, para algo a ser dominado e controlado, com intuito de gerar capital. Algo separado e externo à sociedade humana.

A sociedade passa a alterar o ambiente em busca da qualidade de vida. Qualidade que irá variar em função da cultura de cada população, muitas vezes esquecendo que qualidade de vida está diretamente relacionada com a ambiental.

Entretanto, devido ao desenvolvimento a qualquer custo, problemas ambientais intensos passam a fazer parte da realidade da população. A vida nas cidades - valorizada até esse momento - passou a ser desvalorizada devido a grande poluição desses ambientes. Segundo Diegues (2000, p. 23) *“no começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola”*.

Aliado a esta ideologia, os discursos dos românticos do século XIX e o “mito do paraíso terrestre” pregado pelo cristianismo, fundamentaram a criação dos primeiros parques nos EUA, áreas naturais protegidas e selvagens, os “wilderness”, protegidos do desenvolvimento moderno industrial e urbano. Essa ideologia foi difundida principalmente por Thoreau e Marsh. Segundo Diegues (2000, p. 24) *“A noção de Wilderness,... era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Neste período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais...”*. A criação do Parque de Yellowstone não se deu em áreas desabitadas, e os índios que lá habitavam não saíram de maneira espontânea. Esse modelo foi “importado” para o Brasil, causando sérios problemas para as populações indígenas e tradicionais que viviam em áreas que hoje pertencem aos Parques e Reservas Florestais. Além disso, esta visão é discriminatória, pois, estes parques passam a atender interesses imobiliários e classes sociais altas, atendendo a expectativa da população que pode “pagar” para visitar, isto é para ter um lazer.

Nem todas as áreas que deveriam ser preservadas são realmente, passa a existir uma valoração dos recursos naturais, tais como canyons, rios, florestas, em detrimento de outros como os pântanos, manguezais, cerrado brasileiro, etc. As áreas de preservação tornam-se verdadeiras “ilhas”, isoladas das atividades humanas, como se o que está, e o que se faz ao redor (fronteiras dos parques) não interferissem no bom funcionamento do sistema.

Assim, a partir dos conceitos de conservação e preservação dos recursos naturais já explorados ou que possam ser explorados no futuro, e os motivos que levam a demarcação das terras, pode-se afirmar que a preservação é uma forma temporal de conservação¹. Sendo que a demarcação destas áreas geralmente está associada a algum interesse futuro.

Outra corrente difundida também no final do século XIX, buscando amenizar o conflito do desenvolvimento e da conservação, teve fundamentação nas idéias de Pinchot que afirmava que somente com o uso racional dos recursos naturais, garantiria a manutenção dos mesmos para as gerações futuras. Contrário ao desenvolvimento a qualquer custo formulou o ponto de partida para base teórica do desenvolvimento sustentável e do ecodesenvolvimento, contrariando as idéias preservacionistas Norte-Americanas (criação de Parques, sem a presença humana) até então vigentes.

Para Dubos (1975, Apud Wallauer et. al.) *“a conservação implica em reconhecer as limitações e as potencialidades de cada área particular da terra, a fim de que possamos manejá-la “criadoramente”, realçando com isso a vida humana presente e futura. Para ele, a vida humana leva a escolhas quanto a maneiras de administrar os sistemas naturais e de recriar a natureza”*. Desta maneira, seria capaz de conciliar natureza com a presença humana, assim como observamos nas áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades pesqueiras, grupos indígenas, entre outros. A conservação implica em manejo e utilização dos recursos naturais.

As idéias de Pinchot (segundo Diegues) influenciaram no debate entre desenvolvimentistas e conservacionistas, fazendo parte da discussão da Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano, que foi um marco para a questão ambiental global, a partir dela, intensificaram-se as discussões sobre a problemática ambiental, buscando soluções para minimizar os efeitos da ação do Homem sobre a Natureza.

As correntes teóricas e a invenção dos espaços protegidos

O ambiente é constituído de paisagens naturais e antrópicas e estas estão em constantes modificações. Segundo Claval (1999, p. 14) *“a paisagem traz a marca da*

¹ O projeto Lei da Câmara Federal número 27, de 1999, que regulamenta o sistema nacional de unidades de conservação define: Conservação – como o manejo humano da natureza, compreendendo a preservação, manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo o seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. Preservação – conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção à longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades". De acordo com a visão de Gonçalves (1996, p.23) "toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza, nesse sentido o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens".

Corrêa (2001, p.153-154) define o meio ambiente como *"conjunto de três aspectos interligados,... é o resultado material da ação humana brotando-se da segunda natureza, da natureza transformada pelo trabalho social, ..., engloba também os diferentes fluxos que interconectam os diferentes objetos criados pela ação humana, ..., o meio ambiente não pode deixar de influir o homem, mas um homem qualificado pelas suas relações sociais, sua cultura, seu ideário, mitos, símbolos, utopias e conflitos"*.

Apesar de toda esta discussão ainda hoje existem correntes teóricas que trabalham na concepção no qual o meio ambiente é o natural, o intocado. O ambiente, tanto na academia, quanto na visão da população e de órgãos administrativos, não raro é encarado como algo natural, excluindo a presença do Homem. Desta maneira justifica-se a criação de reservas e parques "sem população", mesmo a tradicional, que acaba sendo expulsa de sua área de origem.

Os problemas sócio-ambientais estão cada vez mais presentes em nossa realidade, em diferentes escalas: degradação dos solos, desmatamentos, ocupações irregulares nas encostas, poluição do ar, da água e dos solos, aumento da violência e da pobreza, diminuição da oferta de empregos, entre outros, implicando no comprometimento da qualidade ambiental e de vida do cidadão e são frutos do modelo econômico adotado pela humanidade. Desta forma tornou-se, nas últimas décadas, cada vez mais crescente, a preocupação de minimizar os impactos causados pelas ações humanas no ambiente, aliado a estas preocupações, alguns movimentos sociais buscando a conservação e preservação ambiental.

Esse movimento foi difundido pelo mundo inteiro, buscando um retorno da sociedade urbana para o natural, conforme Diegues (2000, p.40) *"na França o novo ecologismo foi influenciado por Pierre Fournier que propôs a volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, o retorno ao campo e à vida em comunidade, na tentativa de criar ilhas de uma sociedade ideal, livre e libertária à semelhança do que ocorria na Califórnia, com as comunidades hippies"*.

Criticando a forma de desenvolvimento estabelecida estes movimentos foram ganhando força política e afastando-se cada vez mais da força tradicional do poder, culminando na criação de partidos políticos.

Em cada momento histórico o conceito de ambiente natural foi mudando, principalmente em função dos objetivos de cada época, porém todos eles tinham uma dicotomia: ora se aproximavam da visão antropocêntrica (eco-socialismo e Marxistas – natureza é estática, o homem através do seu trabalho transforma o natural), ora da biocêntrica (ecologia profunda – natureza a qualquer custo -, ecologia social – seres vivos como parte do ambiente, porém diferenciados a partir de suas classes sociais).

Segundo Diegues (2000), neste contexto surgem dois movimentos principais: os mais radicais que pregavam a preservação a qualquer custo, para isso deveria-se diminuir o número da população mundial, são os chamados ecocêntricos *“pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo. Além disso, o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que possa ter para os humanos”* (2000, p.42); do outro lado estão os antropocêntricos, que defendiam a diminuição da desigualdade social, o que levaria naturalmente a diminuição das taxas demográficas, que *“opera na dicotomia entre homem e natureza, e para a qual o primeiro tem direitos de controle e posse sobre a segunda, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia. A natureza não tem valor em si, mas se constitui numa reserva de “recursos naturais” a serem explorados pelo homem”* (2000, p. 42).

Dentro das teorias neomarxistas, Moscovici diferencia duas correntes o culturalismo (visão ocidental) e o naturalismo que vêm de encontro à situação descrita acima; *“O culturalismo tem por princípio a ruptura entre a sociedade e a natureza, ..., de um lado existe o homem natural selvagem, sem família, ciência ou religião, sem lógica e detentor somente de um pensamento simbólico e mítico; e, de outro lado, o homem domesticado, em plena posse dos poderes intelectuais, sociais, técnicos e científicos. O primeiro é um ente distante de nós, primitivo, inferior,..., e o segundo, um ser superior, distante da natureza”*. Já o naturalismo *“afirma a unidade entre a sociedade e a natureza, entre a ciência do homem e da natureza. O homem está dentro da natureza, e essa realidade não pode ser abolida. Ela não é um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza, e a natureza o seu mundo”* (Diegues, 2000, p.48).

Simmons (1993) no seu livro *“Interpreting nature”* faz um apanhado geral sobre as diversas correntes existentes com as formas de análise do ambiente, mostrando a grande dicotomia entre as ciências naturais e as sociais. Desta forma mostra o papel das correntes objetivas/racionais (fenômenos e processos descritos como se fossem externos aos homens, isto é, tecnicamente) a identidade territorial seria negado nesta categoria, as subjetivas (descrição a partir da observação das características internas e individuais), reducionistas (a

partir do todo, estudar as partes (soma das moléculas é que fazem o ser humano)) e holísticas (Estudo das partes para se chegar ao todo), sendo que o lado cultural seria evidenciado.

A criação dos parques, reservas, áreas de proteção e a população local

Atualmente, não é mais possível conceber áreas naturais ou intocadas, o homem direta ou indiretamente está alterando o ambiente global. A criação de parques, reservas, em fim, áreas protegidas legalmente, é um grande mito, isto é, não é possível criar “ilhas” de vegetação quando não há uma preocupação em proteger o que está ao entorno dos parques. Diegues (2000, p. 53) afirma que *“a noção do mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem”*.

Dentro da atual gestão do território, existem várias correntes teóricas para implantação de áreas preservadas e/ou de conservação, sendo que ambas vem sendo adotadas em nosso território. O ponto que mais clama por um debate é a definição de quem é essa população tradicional, e qual o papel dela nestes espaços.

Na criação de áreas sem a presença humana, está inserido o discurso no qual o Homem não pode viver harmonicamente com o natural, sendo assim é necessário retirá-lo desse ambiente. Para criação destas áreas, retira-se a população local (índios, pescadores, grupos extrativistas), e aloca-os em outras áreas, geralmente com condições diferentes das tradicionais, retiram-se seus laços culturais, históricos, afetivos e de sobrevivência. Estes perdem o acesso as suas terras. Não se leva em conta que esta população está vivendo há séculos nestas terras (como o caso dos grupos indígenas), de maneira sustentável, conhecendo e respeitando os ciclos naturais do ambiente, por exemplo, os tempos certos de reprodução da fauna. Muitas vezes estas práticas torna-se tradição, designando áreas e tempos “sagrados”.

Em outros casos, a retirada da população acaba trazendo prejuízos para o ecossistema. Essa população, sem acesso ao meio de sobrevivência e ao capital, acaba fazendo parte do contingente de pessoas que vivem nas periferias das grandes cidades. Conforme Diegues (2000, p.65) *“A expulsão de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como um grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado”*.

Do outro lado, estão as abordagens que tentam conciliar a população tradicional com as unidades de conservação, através de sistemas de manejos tradicionais já praticados por eles e auxiliados por técnicos. Torna-se necessário um controle populacional, a criação de zonas-

tampão para prática da agricultura, e em alguns casos o aproveitamento desta população como fiscais destas áreas (geração de emprego). Esta prática permite que muitas espécies da fauna e da flora possam ser pesquisadas a partir do conhecimento da população local.

Além disso, a criação de áreas protegidas com a presença da população tradicional, acabou protegendo-as da especulação imobiliária de determinadas áreas que se acentua cada vez mais, mantendo áreas de pesca, caça e agrícola.

No entanto, começa a ocorrer outros problemas, primeiro que eles passam a ter suas ações fiscalizadas por fiscais, que em alguns casos acaba em brigas familiares, pois os jovens são quem assumem esse papel, e, via legislação, acabam com o tradicional. Segundo que, a quantidade de turistas que passam a se dirigir para o lugar é muito grande, fazendo com que o ambiente mude, ou a população tradicional tenha que disputar o “lugar” com os turistas.

CONCLUSÕES

A discussão sobre a questão ambiental no Brasil, principalmente no que se refere à preservação e/ou conservação e áreas naturais esta longe de um consenso. A idéia de que existem áreas naturais ou intocadas é um grande mito. O Homem através de suas ações no ambiente, buscando adaptá-lo ou modificá-lo em função da qualidade de vida desejada, que implica em explorar o ambiente para conseguir capital, vem transformando direta ou indiretamente o natural. Suas ações estão causando impactos cada vez mais globais, seja a partir de mudanças climáticas, ou um simples desmatamento na Amazônia.

Desta forma, a grande questão está colocada, qual o caminho correto que devemos tomar: formar ilhas de biodiversidade (fauna e flora) **para preservar** o que resta de nossa vegetação, modelo dos Parques Norte-Americanos ou implantar modelos de **conservação** e gestão dos recursos naturais, baseado nas experiências da população tradicional que tem um uso sustentável em algumas reservas, e que em alguns casos são responsáveis pela manutenção da biodiversidade do sistema há mais de 100 anos?

Desta maneira, outro questionamento pode ainda ser levantado, será que precisamos definir quem é a população tradicional segundo as nossas regras, nossa cultura e definir assim um espaço territorial pré-definido, condutas para serem seguidas?

Na maior parte destas discussões ocorridas, observa-se o aumento da preocupação dos cientistas e órgão governamentais da necessidade de se unir o saber tradicional com o científico, uma vez que a partir das tradições (uso farmacêutico de algumas “ervas” e da flora pela população nativa transmitida de geração a geração, por exemplo) pode-se chegar a um

maior desvendamento das utilizações dos organismos vivos, e formulação de modelos de Gestão do ambiente a partir do conhecimento local dos ciclos naturais e do próprio ambiente. E também, o saber elaborado nas instituições de pesquisa, que podem ser de grande ajuda no dia-a-dia das populações que lidam com esta biodiversidade, de forma a mantê-las nos locais de origem, auxiliando inclusive na sobrevivência destas populações, gerando empregos e renda, e principalmente preservando a sua tradição e cultura.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global - esboço metodológico. Tradução por Olga Cruz. In: *Caderno de Ciências da Terra*, São Paulo, n.13, p. 01-27, 1972.

_____. "Entrevista com o professor Georges Bertrand". In: *Revista Geosul*, Florianópolis, v.13, n. 26, p.144-60, jul./dez. 1998.

BRASIL (1992). *Coletânea da legislação federal do meio ambiente*. Brasília : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 797p.

_____. *Lei 9.605, de 13 de Fevereiro de 1998*. Sanciona a nova lei de Crimes Ambientais. Brasília : Diário Oficial, seção 1, 1998.

CABRAL, Luiz Otávio. *Bacia da Lagoa do Peri: sobre as dimensões da paisagem e seu valor*. Florianópolis, 1999. 236p. Dissertação (Mestrado em Geografia - área de Utilização e conservação de recursos naturais). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

CARDOSO, Cristiane. *Análise ambiental do distrito de Ratoles, Florianópolis - SC*. Florianópolis, 2001. 98p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

CARDOSO, Cristiane; ARAÚJO, Sônia Isabel; BRANDÃO, Ana Maria de Paiva. *Estratégias Didático-Pedagógicas para a prática de educação ambiental a partir da Geografia*. In: XIII Encontro nacional de geógrafos – por uma geografia nova na construção do Brasil. João Pessoa, PB. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002. (CD)

CLAVAL, Paul. *A geografia Cultural*. Tradução Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de C. A. Pimenta. Florianópolis : editora da UFSC, 1999. 453p.il.

CONAMA. – Conselho Nacional do Meio Ambiente (1992). *Resoluções CONAMA 1984 – 1991*. 4ª ed. Brasília : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 245p.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001. 304p.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 4ª ed. São Paulo : Gaia, 1994.398p.

- DIAS, Leila Christina. “Geografia e qualidade de vida: pensando as redes técnicas”. In: *Revista Geosul*, Florianópolis, ano IX, n.17, p.16-26, 1º semestre. 1994.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito da natureza intocada. 3ªed. São Paulo : Hucitec, 2000. 169p.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Trad. Antônio Gonçalves. Coimbra : Almedina, 1980. 275p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 5 ed. *Coleção temas atuais*. São Paulo : Contexto, 1996. 148p.
- MACEDO, Ricardo K. de. A importância da avaliação Ambiental. In: *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. Sâmia Maria Tauk (org.) 2 ed. São Paulo : editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 206p.
- MENDONÇA, Francisco. *Geografia e meio ambiente*. 2 ed. São Paulo : Contexto, 1994. 80p.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. “Conferência de Abertura”. In: *Encontro Nacional de estudos sobre meio ambiente*, 2, 1989, Florianópolis. Anais. Florianópolis : Editora da UFSC/Curso de Pós-Graduação em Geografia, 1989. 3v. v.3, p.3-25.
- MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wandelay Messias da. *A Valorização do Espaço*. São Paulo : Hucitec, 1999. 196p.
- PENTEADO - ORELLANA, Margarida M. Metodologia integrada no estudo do meio ambiente. In: *Revista Geografia*, Rio Claro, v.10, n. 20, p.125-148, out. 1985.
- RIO, Vicente del; OLIVEIRA, Livia de. (org) *Percepção Ambiental – a experiência Brasileira*. São Paulo : Studio Nobel e Universidade da Universidade Federal de São Carlos, 1996. 265p.
- RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, n.34, pp.59-101, 1991
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 4 ed. São Paulo : HUCITEC, 1997. 124 p.
- _____. 1992: A redescoberta da natureza. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n.6, p. 95-106, 1992
- SCHEIBE, L. F. et.al. *Qualidade Ambiental de municípios de Santa Catarina: o município de Sombrio*. Florianópolis : FEPEMA, 1997.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de lei da Câmara Federal no 28 de 1999*. Institui o sistema nacional de unidades de conservação. 1999.
- SIMMONS, I. G. *Interpreting Nature – Cultural constructions of the environment*. London and New York : Routledge, 1993.
- SPALDING, Jandira Maria Cecchet. “Educação e qualidade de vida: contribuição do ensino de geografia”. In: *Revista Geosul*, Florianópolis, ano IX, n.17, p.16-26, 1º semestre. 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Os orçamentos participativos e sua espacialidade”. In: *Revista Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.39-58. 2000.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar – a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. Rio Claro : Difel, 1930. 250p.

_____. *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. Rio Claro : Difel, 1974. 288p.

WALLAUER, Jordan Paulo; PEREIRA, Neli Eugênia C.; FERRETTI, Orlando Ednei; CARDOSO, Cristiane; HADLICH, Eliane Carin. *Relação das comunidades do sudeste da Ilha de Santa Catarina com as áreas de preservação permanente e as unidades de conservação*. 2000 (inédito).

WOLFF, Ruy Ávila. *Recursos Naturais e pequena produção rural em Sorocaba de Dentro e Amâncio (Biguaçu-SC)*. Florianópolis, 1995. 150p. Dissertação (Mestrado em Geografia - área de Utilização e conservação de recursos naturais). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
